

# **O MST COMO SUJEITO PEDAGÓGICO E A ESCOLA DO TRABALHO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS BOLETINS DA EDUCAÇÃO**

## **MST AS A PEDAGOGICAL SUBJECT AND THE SCHOOL OF WORK: AN APPROACH UTILIZING THE EDUCATION BULLETINS**

Jaqueline Ariane Pereira da Silva<sup>1</sup>

Miguel Ângelo Silva da Costa<sup>2</sup>

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Dedicado à análise histórica dos processos educativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ancorado nos Boletins da Educação, publicação seriada produzida pelo Setor de Educação do Movimento, o artigo analisa os fundamentos da proposta educativa sem-terra no cenário em que o MST é entendido enquanto sujeito pedagógico e a escola é pautada na lógica do trabalho (1992-1995). Partindo da dimensão temporal de produção dos Boletins da Educação, o artigo ancora-se metodologicamente na pesquisa histórica em educação de caráter documental/ bibliográfico. Teoricamente, busca ressonância na perspectiva teórica de E. P. Thompson, historiador inglês que expressou reação aos determinismos teóricos que negligenciaram o protagonismo social, econômico e político dos sujeitos na sociedade. Trata-se, portanto, de um trabalho que, concentrado na "história vista de baixo" ou na "história da gente comum", procura revelar a dinâmica dos processos educativos do MST sem perder de vista o protagonismo dos sujeitos – coletivos/ individuais – não raras vezes deixados de lado na tessitura da história da educação brasileira, ou melhor dito, negligenciados pela história educacional oficialmente contada.

*Palavras-chave:* Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Boletins da Educação. Proposta Educativa. Escola.

---

1 Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, Brasil. E-mail: jaque.julia@gmail.com

2 Doutor em História pelo PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com estágio de doutoramento na Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (ARG) e na Universidad Nacional de Rosario (ARG). E-mail: migguelcosta@gmail.com

3 Doutora pelo PPGET – UFSC

## **ABSTRACT**

Dedicated to the historical analysis of the educational processes within the Landless Workers' Movement (MST) and anchored in the Education Bulletins published in series by the Education Sector of the Movement, this article analyzes the fundamentals of the landless educational proposal in the scenario where MST is understood as a pedagogical subject, and the school follows the logic of work (1992-1995). Starting from the temporal dimension of production from the Education Bulletins, the article is anchored methodologically in the historical research of documentary/bibliographic education. Theoretically, it seeks resonance with the theoretical perspective of E. P. Thompson, a Portuguese historian who expressed a reaction to theoretical determinisms that neglected the social, economic, and political protagonism of the subjects in society. It is therefore a work that, focused on the "history seen from below" or on the "history of common people", seeks to reveal the dynamic of the MST's educational processes without losing sight of the protagonism of the subjects (i.e., collective or individuals) commonly neglected in the history of Brazilian education, or rather, neglected by the formally described educational history.

**Keywords:** Landless Workers' Movement. Education Bulletins. Educational Proposal. School.

## **PRIMEIRAS PALAVRAS...**

Como se sabe, as ideias, os pensamentos e as perspectivas teóricas acerca da Educação não são fixas. Elas são dinâmicas e, como tal, dotadas de historicidade, ou seja, condicionadas pelo ponto de vista de seus autores, pelo tempo e lugar de suas elaborações. Na esteira desse raciocínio é possível inferir que os significados atribuídos aos processos educativos, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), também estão marcados pela historicidade do próprio movimento, logo, condicionados pelas experiências de lutas travadas em distintos momentos/contextos de sua história enquanto movimento.

Com base nesse entendimento e ancorado nos Boletins da Educação, publicação seriada produzida pelo Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o artigo analisa os fundamentos da proposta educativa sem-terra no cenário em que o MST é entendido enquanto sujeito pedagógico e a escola é pautada na lógica do trabalho (1992-1995).

Para tanto, utiliza-se uma dupla perspectiva de enfoque. De um lado, problematiza-se os significados atribuídos aos processos educativos, que emergem dos Boletins da Educação, como parte das experiências de luta tecidas no âmbito do próprio movimento. Isto é, como parte da história social e política do MST. Por outro, para “ler” estas fontes, recorre-se a uma abordagem instrumental, de fundo histórico e de caráter documental/ bibliográfico, baseada nas proposições de Mortatti (1999), que:

[...] caracteriza-se como um tipo de pesquisa científica, cuja especificidade consiste, do ponto de vista teórico-metodológico, na abordagem histórica – no tempo – do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação. (MORTATTI, 1999, p.73).

Teoricamente, buscou-se ressonância na perspectiva teórica de E. P. Thompson, quem expressou reação aos determinismos teóricos que minimizavam o protagonismo do sujeito no mundo social, político e econômico, negligenciando o que chamou de “a história dos de baixo” ou “história da gente comum” (THOMPSON, 2001, p.185). Thompson nos provoca a escrever a história dos que, por vezes, são “deixados do lado de fora” dela, ou melhor, negligenciados pela história oficialmente contada:

Nas palavras de Sharpe, essa perspectiva possibilita “[...] explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.” (SHARPE, 1992, p.41).

Thompson, além de identificar e reconstruir a experiência de pessoas “comuns”, percebeu também a necessidade de compreender o povo em seu contexto, no seu tempo, à luz de suas próprias ações, experiências e, portanto, de sua historicidade. Parece ser justamente por meio dessas reflexões que se abre uma possibilidade de apreender os significados atribuídos aos processos educativos em diálogo com a dinâmica organizativa do MST, na esteira da historicidade do próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Evidentemente que aqui é preciso levar em conta o protagonismo do MST através da ação das famílias, das crianças e de vários agentes atuantes na construção dos significados dos processos educativos e sua relação com a dinâmica organizativa do movimento. Sobre este aspecto, Thompson ajuda a refletir acerca dos fundamentos da educação no âmbito do MST, quando afirma que

[...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-mundo alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em suas escolhas alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meio racionais. (THOMPSON, 1981, p. 194).

Com base nesse raciocínio, também parece possível refletir quanto às proposições didático-pedagógicas, assim como quanto às formulações teórico pedagógicas, enfatizadas e veiculadas nos Boletins da Educação do MST, sobretudo, levando em conta o conjunto de suas edições, até porque, ao interrogar acerca dos silêncios estabelecidos através do diálogo com o conhecimento, Thompson (1981, p. 185) postula que “[...] à medida que esses silêncios são penetrados, não conhecemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos.”

## **A EDUCAÇÃO E A ESCOLA ENQUANTO PAUTA POLÍTICA DO MST**

Seguindo a lógica histórica de contextualização do MST e dos elementos que culminaram com o surgimento da educação enquanto pauta em sua agenda política é possível considerar que a ponta de lança desse movimento foi, em 1988, com a criação do Setor de Educação. Um ano depois, no 5º Encontro Nacional do MST, articulado ao cenário político, econômico e agrário do período, a educação escolar de séries iniciais e a formação de professores para atuar em áreas de reforma agrária foi ponto de pauta relevante no

encontro. Não à toa, em seu primeiro Plano Nacional, no qual o MST delineou suas estratégias para o quadriênio 1989-1993, a Educação e os temas a ela relacionados ganharam relevância.

Segundo Fernandes (2000), o tema do encontro, *Ocupar, Resistir e Produzir*, marcou um período que se estendeu até meados dos anos 1990. Em diálogo com *práxis* do movimento,

[...] o MST elaborou sua concepção de luta em que dimensionava a reciprocidade da resistência nos processos de ocupação e de produção, rompendo com a visão desagregante que separava os sem-terra – os que estavam participando das ocupações – dos assentados, que seriam os com terra. [...] Nesse encontro foi escolhido o hino do MST. (FERNANDES, 2000, p.192).

Ainda segundo o autor, mesmo passando por um período de refluxo até meados de 1990, o MST manteve em sua pauta política a reforma agrária. Para Fernandes (1998, p. 44), o período de 1988 a 1995 foi de estagnação da reforma agrária no País, sendo que o Programa da Terra apresentado pelo então presidente Fernando Collor apresentava metas que não tinham o interesse de serem cumpridas e que se esquivavam do real problema agrário. Além disso, também foi um período de repressão aos movimentos sociais, o que dificultou o surgimento de novos acampamentos. Assim:

sem perspectivas políticas de fazer a luta avançar, o MST voltou-se para dentro dos assentamentos, investindo no desenvolvimento do Sistema de Cooperativa dos Assentados – SCA, criando as cooperativas de produção e serviços locais e regionais. (FERNANDES, 1998, p. 45).

Dessa maneira, apesar da repressão as ocupações, o MST não deixou de manter-se firme em seus propósitos, principalmente, no que diz respeito à estruturação das cooperativas e seu papel no processo de produção nos assentamentos.

Ao analisar as primeiras publicações dos Boletins da Educação entre os anos de 1992 e 1995, observa-se que a emergente produção na área educacional busca estabelecer vínculos efetivos entre a escola e os propósitos do MST. Estes propósitos são expressos já nas capas de apresentação do Boletim da Educação de n. 1, "Como deve ser uma escola de Assentamento", n.2 "Como trabalhar a mística do

MST com as crianças” e o de n. 3 “Como trabalhar a comunicação nos Assentamentos e Acampamentos”, que abordam o lema “Ocupar, resistir e produzir, também na educação”. O lema não é apresentado aleatoriamente e expressa uma lógica de organização interna do Movimento Sem Terra estabelecida no período. O lema, por sua vez, pode ser relacionado ao processo pelo qual a questão educacional emergiu no âmbito do MST, sendo possível traduzi-lo em perspectivas educacionais: “Ocupar o espaço escolar”, “Resistir na luta por conquistas efetivas” e “Produzir novas formas de conhecimento”.

A ênfase expressa no período encontra eco na expressão utilizada no Boletim da Educação n.1, “Como deve ser uma escola de Assentamento”, que traduz as perspectivas do período em três pilares fundamentais, “[...] O TRABALHO AGROPECUÁRIO, o CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA REALIDADE e o AMOR PELA LUTA. ” (MST, 1992, p. 04). Observa-se que na apresentação dos pilares fundamentais da escola de Assentamento estão as linhas/objetivos gerais da/com a escola no período de análise proposto, que podem ser entendidos como as perspectivas apontadas para o período. Neste sentido, configuram-se a concepção ou os significados atribuídos aos processos educativos escolares orientadores do período, alguns predominantemente de ordem teórico-pedagógica outros enfatizando proposições didático-pedagógicas.

Analisando os Boletins da Educação selecionados para o período descrito, percebeu-se que, corroborando com o cenário político, econômico e social, o campo educacional buscou dar “respostas” as dificuldades crescentes oriundas do recesso ocasionado pelo período de repressão em que os movimentos sociais vinham passando. Assim como na organicidade geral do MST, que se voltou para a estruturação interna dos assentamentos na forma de organização da produção e da criação e estruturação das cooperativas em ascensão, o campo educacional alicerçou suas bases nos princípios organizativos do MST, estruturando sua proposta educacional e, respectivamente, sua concepção de escola tendo o MST enquanto sujeito pedagógico (CALDART, 2000).

O MST passa a se constituir como sujeito pedagógico, agente educador, visto que “atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que os constituem” (CALDART, 2000, p.315). Nesta perspectiva, a concepção de escola articula-se aos princípios políticos e organizativos do MST e reflete, organicamente, as bases sem-

**terra. Nos documentos analisados, a prática é o ponto de partida da construção do conhecimento. Ou seja:**

A prática é o ponto de partida e de chegada do conhecimento. Por que é na prática que aparecem as necessidades ou os problemas concretos para o conhecimento. E é através da prática que vou testando, dominando e refazendo a teoria. (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 12).

**Conforme o Boletim da Educação, a prática não tem o intuito de anular a credibilidade do conhecimento científico, mas de significá-lo e torná-lo mais atraente, pois neste processo os conteúdos não assumem papel central, mas surgem em decorrência de necessidades práticas. Neste sentido, propõe que os conteúdos curriculares sejam relacionados a partir de questões concretas do Assentamento, sendo necessário que o professor tenha a preocupação permanente em ajudar as crianças a relacionar a realidade próxima com a realidade distante (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 11-12).**

**Segundo o documento, apresentar o conhecimento científico não se trata de um repasse mecânico de conteúdo, mas da criação de um processo que vise à construção do conhecimento. Nesse processo, o ensino**

[...] corresponde ao momento de repasse dos conteúdos ou da TEORIA. É através do ensino que os alunos entram em contato com o conhecimento já acumulado pela humanidade nos vários campos da vida humana. São teorias que outras pessoas formularam a partir da prática delas. Conhecendo estas teorias podemos entender e melhorar a nossa prática, sem ter que inventar a roda novamente. (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 9).

**Levando em consideração os elementos apresentados e que orientam o processo de ensino escolar no âmbito do MST, delinea-se o papel que a escola assume neste contexto:**

A Escola não pode ter uma finalidade em si mesma. Ela sempre reflete seu tempo e por isso deve se colocar a

serviço das necessidades concretas do grupo social que a está usando e fazendo. Deve instrumentalizar para a ação imediata e preparar para a construção do futuro. Na perspectiva ideológica da classe trabalhadora hoje, o grande desafio da escola deve ser a de EDUCAR SUJEITOS para a transformação da realidade atual. (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 4).

**Em sentido amplo, é possível considerar que a concepção de escola apresentada postula a relação com o contexto de seu tempo, contribuindo de maneira efetiva na solução de necessidades concretas e com o desafio de educar sujeitos para a transformação da realidade. Nas palavras de Dalmagro (2010, p. 233):**

[...] o sentido da escola é contribuir com a transformação social, isto é, a escola deve ser ocupada e transformada, colocando-a em sintonia com o processo de mudança em que o MST se situa. Deve estar articulada às lutas do Movimento Social e não à parte das questões que o envolvem.

A partir da leitura do documento e das palavras de Dalmagro (2010), fica clara a preocupação em desenvolver, de forma orgânica, a relação entre educação, movimento de luta social e assentamento. Além disso, também fica evidente que o objetivo principal atribuído à escola naquele período estava associado à necessidade de fornecer subsídios políticos e ideológicos capazes de contribuir na compreensão do processo de organização da luta pela reforma agrária, de organização de um projeto social mais amplo e, também, na organização prática dos assentamentos.

Contudo, conforme Caldart e Scwaab (1990, p. 119), a discussão tinha como enfoque principal o que ensinar. As experiências apontavam a necessidade de articular pedagogicamente conhecimentos práticos que contribuíssem na compreensão e interferência dos sujeitos nos problemas cotidianos.

Percebe-se que a proposta de educação formulada pelo MST e apresentada até então constrói as bases curriculares centradas na prática e, mais precisamente, aborda o MST como matriz pedagógica, que através das experiências de luta e organização embasam tanto os princípios, quanto os procedimentos pedagógicos de construção

dos conhecimentos escolares. Nessa direção, são delineadas tanto as formulações teórico-pedagógicas, quanto as proposições didático-pedagógicas que embasam os processos educativos no MST.

Assumindo o MST como sujeito pedagógico e tomando a realidade vivida pelos sem-terras como ponto de partida do trabalho pedagógico, o Boletim da Educação n.1 preconiza que:

A escola deve ajudar a consolidar e a avançar este MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL que está nascendo através dos assentamentos e que visa dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo. Mais concretamente ainda: A escola deve ajudar no desafio de fazer o assentamento dar certo. Nos aspectos econômicos, políticos e de relacionamento social. (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p.4).

Nesta perspectiva, percebe-se que, essencialmente, a escola assume para si o desafio de fazer o assentamento "dar certo" em diferentes aspectos, enfatizando o trabalho agrícola como condição e manutenção da luta por reforma agrária. Neste contexto, compreende-se que a escola tem o papel de educar para promover a permanência do agricultor no campo, estimulando o gosto pelo trabalho agrícola e capacitando para a cooperação. "Tais proposições expressam tanto perspectivas políticas como econômicas de enfrentamento conhecimentos sobre tecnologias de produção e organização da produção agropecuária." (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 5). Os desafios resultantes da consolidação dos assentamentos da reforma agrária demandam soluções práticas de criação de um novo modelo de desenvolvimento rural de organização e produção agrícola. Mais precisamente, a escola precisa articular a realidade aos conteúdos escolares, em que os conteúdos de ensino tratem das questões do Assentamento.

Para tanto, a instituição escolar deve contribuir no desenvolvimento de práticas de cooperação, que não podem resumir-se a teorização sobre, mas devem, sobretudo, criar um ambiente que estimule a vivência de práticas efetivas de cooperação: "[...] o princípio é que as crianças devem aprender a viver no coletivo experimentando na própria Escola o que é cooperação." (MST, Boletim da Educação n. 1, 1992, p.8).

Segundo os documentos analisados, outro elemento que contribui no desenvolvimento cultural dos assentados consiste na massificação da alfabetização em seus variados níveis. A alfabetização é tratada como parte de um processo dedicado a viabilizar o acesso à informação, à reflexão e à discussão sobre a prática, o estímulo e a valorização das expressões culturais dos assentados (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p. 10).

Esses recursos didático-pedagógicos apresentados contribuem na reflexão e discussão sobre a prática, assim como fazem emergir a importância da leitura e do acesso à informação que se apresenta como um desafio no âmbito do Movimento Sem Terra e que, por sua vez, permitem a compreensão de aspectos que formam a conjuntura política, econômica e social, fatores que interferem diretamente na organização e nas estratégias de luta do MST. (ARAÚJO, 2007, p.299).

Não obstante, a emergente produção teórica em torno da escola encontrou eco no contexto do MST, constituindo uma ampla produção de materiais educativos voltados a fomentar o debate no âmbito educacional. Dalmagro (2010) salienta que a escola em questão é a escola de assentamento e que os documentos produzidos no período delineiam a proposta de escola e lançam os princípios orientadores gerais. Neste sentido e culminando com o cenário político, econômico e agrário de recessão das ocupações que impulsionou a estruturação interna nas áreas conquistadas, observa-se que os fundamentos educativos orientadores são balizados pelos princípios políticos e organizativos do MST, em outras palavras, o Movimento Sem Terra enquanto sujeito pedagógico. Na esteira desse processo, identifica-se um desdobramento de cunho teórico que não se distancia da concepção de escola desenvolvida até então, nem tampouco do Movimento enquanto matriz pedagógica, mas enfatiza o aspecto do trabalho enquanto princípio educativo, o que será aqui denominado como “O MST e a escola do trabalho”.

### **A ESCOLA DO TRABALHO: INTERFACES TEÓRICAS E DIDÁTICAS**

A escola do trabalho será aqui entendida enquanto um espaço orgânico ao Movimento Sem Terra, que, diante do cenário apresentado, se constitui em um espaço que pode ajudar a responder as necessidades organizacionais e produtivas enfrentadas pelo

coletivo do MST. Neste sentido, Dalmagro (2010, p.171) argumenta que o foco de elaboração do período é a "Escola de assentamento", desenvolvendo-se na forma de "escola do trabalho". "Está será uma espécie de resposta, no campo educacional, às dificuldades crescentes de organização do trabalho e da cooperação nos assentamentos." (DALMAGRO, 2010, p.171).

Somando-se a isso,

[...] a ênfase esteve no Estudo de Paulo Freire e também de alguns pensadores e pedagogos socialistas: Krupskaya, Pistrak, Makarenko o José Martí, sendo que esses dois últimos já eram estudados há mais tempo dentro do MST, pelas contribuições que traziam a outros setores de atuação do Movimento. (CALDART, 2000, p. 168).

Caldart e Schwaab (1990) destacam que a teoria de Freire encontrou maior respaldo nas discussões e na construção de práticas didático-pedagógicas efetivas, visto que os educadores em geral não dominavam a pedagogia socialista, a mesma encontrou maior resistência no âmbito no MST, não sendo assumida integralmente. Observa-se, porém, que as duas perspectivas coexistem na formulação da proposta de educação do MST. Dalmagro (2010) traz uma importante reflexão que nos ajuda a identificar a ênfase que cada perspectiva assumiu no âmbito educacional do Movimento sem Terra.

A Pedagogia Socialista parece ter sido importante no momento de pensar a forma da escola, (trabalho, organização estudantil, tempos educativos); já Freire teve um peso maior quando da definição do método de estudo, a consideração da realidade do educando, o universo local como ponto de partida, entre outras temáticas. (DALMAGRO, 2010, p.210).

**Neste sentido, a pedagogia freireana se traduz na construção do currículo didático tendo como base a elaboração de temas geradores<sup>4</sup> no processo de ensino-aprendizagem, as experiências dos alunos, a**

4 Os temas geradores têm origem na obra de Paulo Freire e são desenvolvidos pelas experiências de educação popular. Passarão a ser uma referência importante para a escola no MST. Paulo Freire teve grande influência na formulação da proposta e das experiências educacionais do Movimento, incluindo a EJA. Certamente, é um dos autores mais lidos e a quem mais se faz referência no coletivo educacional do Movimento (DALMAGRO, 2010, p. 172).

organização coletiva, a problematização da realidade, indagando, questionando e buscando respostas. Mas não só isso, traduz-se teoricamente ao propor o desvelamento da realidade, superação da condição de oprimido, a construção da consciência política.

Desta maneira, a proposta pedagógica encontra respaldo em Freire, principalmente, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1983), por privilegiar o universo local e ter na experiência o ponto de partida da construção do conhecimento e do processo de ensino-aprendizagem. Segundo o Boletim da Educação n. 4 (1994, p. 5), a teoria é fundamental, desde que seja construída a partir de uma prática e visando retornar a ela. É a relação prática-teoria-prática, ou “pedagogia da práxis (2) como muitos chamam”. Em nota de rodapé, explica que “Práxis não é igual à prática. Práxis= prática + teoria, ou ação junto com reflexão. Confirma nas obras de Paulo Freire, especialmente, *Pedagogia do Oprimido*.”

A problematização da realidade no âmbito educacional, proposta em Freire, favorece a articulação teórico e didático-pedagógica do MST enquanto sujeito pedagógico por encontrar nas experiências dos sujeitos (experiências brotadas da luta pela terra, pela conquista de direitos, da organização coletiva da produção, etc.) situações significativas de aprendizagem que se destinam à superação das questões abordadas em busca da solução dos problemas enfrentados.

No que diz respeito às orientações de propostas e vivências metodológicas, Freire encontra respaldo na dimensão da organização coletiva em suas instâncias de representação e organização que preconiza a democratização da palavra, através dos debates, reflexão e tomada de decisão coletiva, já que “[...] não basta fazer a luta pela terra, conquistar assentamentos, construir escolas, é preciso politizar as escolas para que o Sem Terra forme uma consciência social revolucionária.” (ARAÚJO, 2007, p. 180).

A vertente pedagógica socialista, por sua vez, tem maior ênfase na organização do espaço escolar, principalmente, no que diz respeito à auto-organização dos alunos<sup>5</sup>, e no trabalho enquanto princípio pedagógico<sup>6</sup>, ao

5 Expressão tomada emprestada de Pistrak, para identificar o processo de constituição do coletivo dos alunos na escola. Processo que requer que as crianças e os jovens tenham um espaço de liberdade e de iniciativas suficientes para organizar sua vida neste coletivo, com o apoio, mas sem a interferência dos adultos (MST, Boletim da Educação n.4, 1994, p.15-16).

6 O trabalho envolve um conjunto de processos e de ações que transformam a natureza,

[...] aprofundar nossa compreensão sobre o conceito que defendemos da relação entre educação e trabalho, e da construção de uma escola baseada na dimensão educativa do trabalho e da cooperação. [...] Não se trata apenas de um detalhe da proposta de educação do MST, mas sim de um dos seus pilares fundamentais. (MST, Boletim da Educação n. 4, 1994, p. 3).

Neste aspecto, entendemos o potencial educativo do trabalho enfatizado como um dos pilares fundamentais da proposta de educação do MST. Trata-se de uma perspectiva embasada na vertente teórica da pedagogia socialista. Araújo (2007, p.180) sinaliza a influência da teoria socialista na formulação de vários princípios da educação, salientando a dimensão do trabalho como princípio educativo e a gestão democrática.

A gestão democrática, por sua vez, é um processo pensado e articulado com rigorosidade teórica e didático-pedagógica, pois:

A gestão democrática implica em planejamento coletivo. E na escola isso envolve a elaboração da proposta pedagógica e do regimento da escola, o plano anual de atividade, os planos de trabalho que vão detalhando a execução das atividades da escola, o planejamento de ensino em seus vários níveis [...]. (MST, Boletim da Educação n.4, 1994, p.14).

A pedagogia socialista se insere no contexto de crítica radical a instituição escolar que tem suas bases na sociedade capitalista que desenvolve valores individualistas de estímulo à competição e ao consumismo. Neste sentido:

Para a construção da pedagogia socialista faz-se necessário acriticamente radical à escola capitalista e a construção de propostas educativas que cumpram especialmente duas funções sociais: a primeira de internalizar valores e atitudes contrários aos do regime social do capital, e a segunda de desenvolvimento dos instrumentos de pensamento para a apreensão

---

constroem e reconstróem a vida em sociedade. Através do trabalho, as pessoas, coletivamente (ninguém trabalha sozinho, sempre se relacionam com alguém), garantem a vida e as condições objetivas de seu desenvolvimento, num determinado tempo e espaço social. O trabalho é o que define a diferença entre os seres humanos e os animais. Por isso, nós costumamos dizer que "o trabalho é o princípio educativo fundamental" (MST, Boletim da Educação n.4, 1994, p.5).

do conhecimento do mundo objetivo. (D'AGOSTINI, 2009, p.101).

Fundamentada no Movimento enquanto sujeito pedagógico e vinculada ao movimento mais amplo de transformação social, a proposta educativa sem-terra encontra eco na pedagogia socialista ao propor: a) trabalho como princípio educativo; b) capacitação para a cooperação; c) trabalho socialmente útil; d) reflexão sobre uma nova ética; e) gestão coletiva e democrática; e f) auto-organização dos alunos (MST, Boletim da Educação n.1, 1992, p.2).

Assim, a escola cumpre, além da função pedagógica, a função política e social, pois:

O MST, enquanto organização de trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária, precisa ter na escola um instrumento a serviço dos desafios que esta luta coloca para todos nós. A escola também precisa ajudar para que o assentamento dê certo. E também precisa ajudar para que a organização avance ou para que uma ocupação dê resultado. (MST, Boletim da Educação n.4, 1994, p.10).

Remetendo novamente ao contexto do período que objetiva a consolidação interna do MST por intermédio da estruturação das cooperativas e da viabilização produtiva, a relação escola e trabalho ganha contornos enfáticos, sendo estabelecidos propósitos lógicos políticos e lógicos práticos a fim de garantir a efetiva relação entre o MST e a escola do trabalho, através principalmente de: a) Chamar a atenção e dar ênfase para o sentido social da escola; b) Educar para a cooperação agrícola; c) Preparar para o trabalho, especialmente aqueles necessários para o avanço da produção no meio rural; d) Desenvolver o amor pelo trabalho e pelo trabalho no meio rural; e) Provocar a necessidade de aprender e de criar; f) Preparar as novas gerações para as mudanças sociais. (MST, Boletim da Educação, n.4, 1994, p. 10-11).

As bases de orientação de construção da Escola do trabalho são lançadas ao conjunto do MST, porém, o documento salienta que não existe receita didático-pedagógica eficaz, cada escola é uma realidade específica, e cada uma deve encontrar a melhor forma de construir-se.

No entanto, o MST, por meio do Boletim da Educação n.4 (1994, p.11-12), aponta alguns elementos didáticos que podem ser considerados na implementação da vivência da Escola do Trabalho através de atividades contempladas nos espaços de: a) trabalhos domésticos; b) trabalhos ligados a administração da escola; c) trabalhos ligados à produção agropecuária; d) trabalhos diversos ligados a outras áreas da produção; e) trabalhos ligados à cultura e a arte.

É possível identificar a função social da escola para além da formação pelo/para o trabalho, mas, igualmente, na socialização dos conhecimentos e ampliação da visão de mundo, tendo como referência a produção útil e social do trabalho.

Com o intuito de legitimar teoria socialista no âmbito da proposta educativa do MST, o Boletim da Educação n.6 evidencia a experiência revolucionária cubana como uma experiência socialista que teve êxito, apresentando, por meio de estatísticas comparativas (Cuba x Brasil), uma

[...] visão panorâmica de como acontece a educação naquele país e de qual foi o processo que levou a estatísticas tão diferentes em relação ao conjunto da América Latina: 100% das crianças na escola; sobre a importância que foi e está sendo dada à educação no processo revolucionário. (MST, Boletim da Educação n.6, 1995b, p.3).

A experiência revolucionária e, em específico, as práticas educativas cubanas, referência estabelecida, principalmente, a partir do pensamento de José Martí e sua concepção de educação em valores, perspectiva que atravessa a construção da proposta de educação sem-terra, inspiram ideologicamente a construção e implementação da proposta de educação sem-terra, localizada a partir de outra lógica (que não a capitalista) de tratar os direitos sociais fundamentais e em especial o direito à educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos localizados no primeiro período de análise (1992 a 1995), correspondem ao momento histórico e ao grau de desenvolvimento das reflexões sobre educação compatíveis com o cenário de que emergem. Neste sentido, foi possível sinalizar que

o período inaugura a produção específica sobre escola e lança as bases que desenvolverão a fundamentação teórico-pedagógica da escola sem-terra. Consiste no esforço em sistematizar o resumo da proposta de educação do MST formulada naquele cenário, apontando os objetivos e princípios orientadores gerais das escolas do MST.

Parece evidente que o MST se constitui como sujeito educativo dedicado a orientar as práticas políticas e pedagógicas escolares, tornando-se referência formativa dos processos pedagógicos escolares, pois: "O MST também como sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem." (CALDART, 2000, p.199).

Associada ao MST enquanto sujeito educativo é possível perceber uma concepção voltada a atender as necessidades práticas, sendo que a produção teórica esteve pautada na construção das bases de uma escola pública relacionada às demandas cotidianas e à dinâmica organizacional do MST. "O eixo da elaboração da proposta pedagógica foi no início, e continua sendo hoje, a prática dos sujeitos Sem Terra, desdobrada em questões do cotidiano pedagógico, da escola e do Movimento como um Todo." (CALDART, 2000, p.168).

Ao procurar responder as necessidades práticas, o MST desdobra sua proposta educativa no que se define como Escola do Trabalho, através das proposições teórica e didático-pedagógicas fundamentadas a partir do pensamento de Freire, da pedagogia socialista e das experiências educativas cubanas. Portanto, a partir dessas primeiras reflexões, identifica-se a ênfase da concepção de educação sem-terra do período pautada no MST como sujeito pedagógico e na escola do trabalho como princípio pedagógico.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. *As contradições e as possibilidades da construção de uma educação emancipatória no contexto do MST*. 2007.346 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CALDART, Roseli Salete. *Escola é mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete; SCHWAB, Bernadete. *Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos*. 1. edição. Rio Grande do Sul: Cartilha FUNDEP/DER/MST RS, 1990.

## O MST como... - Jaqueline da Silva, Migeul da Costa e Luci Bernardi

- D'AGOSTINI, Adriana. *A educação do MST no contexto educacional brasileiro*. 2009. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- DALMAGRO, Sandra Luciana. *A escola no contexto das lutas do MST*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gênese e Desenvolvimento do MST no Brasil*. MST, 1998. (Caderno de Formação n.30).
- MAKARENKO, Anton. Boletim da Educação n.5. *O trabalho e a coletividade na educação (Anton Makarenko)*. 1.ed. Setor de educação do MST, 1995.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da Educação*, Pelotas, p.69-77, out. 1999.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.1. *Como deve ser uma escola de assentamento*. 1. ed. v.Setor de Educação do MST, 1992.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.2. *Como trabalhar a mística do MST com as crianças*. 1. ed. Setor de Educação do MST, 1993.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.3. *Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos*. 1.ed.Setor de Educação do MST, 1993.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.4. *Escola, trabalho e cooperação*. 1.ed.Setor de Educação do MST, 1994.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.5. *O trabalho e a coletividade na educação (Anton Makarenko)*. 1.ed. Setor de educação do MST, 1995.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno da Educação n.5. *Alfabetização de Jovens e Adultos: Linguagem Matemática*. Setor de Educação do MST, 1995 b.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação n.6. *O desenvolvimento da educação em Cuba*. 1. ed. Setor de Educação do MST, 1995.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

**Submetido em Novembro 2017**

**Aceito em Fevereiro 2018**

**Publicado em Maio 2018**